# DESCONSTRUTIVISMO

VERBETE

Quinta-Feira, 2 de Julho de 2020 17:45:51

**VERBETE - TRADUÇÃO**

**FONTE:** Nünning, Ansgar (Hg.), Metzler Lexikon Literatur- und Kulturtheorie: Ansätze - Personen - Grundbegriffe. 3. Aufl., Stuttgart, Weimar: J. B. Metzler, 2004

**TRADUTOR:** Luís Afonso Heck

Semestre de inverno 2012

Para uso em sala de aula – UFRGS – Faculdade de Direito

Anexos: 06

Prof. Dr. Luís Afonso Heck
Semestre de inverno de 2012
Para uso em aula - UFRGS - Faculdade de Direito

## DESCONSTRUTIVISMO

*Desconstrutivismo*, direção do pós-estruturalismo que, sobretudo, diz respeito ao aspecto textual-idiomático e metafísico-ideológico de cultura e literatura e cujo fundador e representante principal filosófico é J. Derrida. Nos Estados Unidos, o d. foi pela chamada Yale Critics H. Blomm, G. Hartman, J. H. Miller e P. de Man introduzido como paradigma inovativo da crítica da literatura, que, sobretudo nos anos 1980, obteve grande significado. — O d. foi por Derrida, inicialmente, em contexto primariamente filosófico, desenvolvido de uma disputa fundamental com a tradição da metafísica ocidental. Ele é, nisso, influenciado pela crítica da ideologia humanista de F. W. Nietzsche e de sua suposição de uma vontade para o poder que está na base de todas as manifestações culturais, pela análise da temporalidade e reflexão hermenêutico-conceitual de M. Heidegger (sobretudo, Identität und Differenz, 1957), pelo desatamento de signos idiomáticos da relação para com o mundo extraidiomático e sua substituição por um sistema intraidiomático de diferenças de F. de Saussure e pelo discurso da teoria maior do pós-estruturalismo (J. Lacan, M. Blanchot, R. Barthes, M. Foucault), que ele, simultaneamente, decisivamente coenformou. O último é, outra vez, entendível primeiro de sua disputa com o estruturalismo, do qual ele resultou e cujas marcas ele mostra. O ponto de ruptura decisivo entre ambas epístemes situa-se lá onde do pensar sistêmico quase-científico-natural do estruturalismo, com sua suposição de leis fundamentais válidas universalmente da atividade simbólica do espírito humano, que ele via estar na base de todas as cunhagens de atividades culturais (comparar Cl. Levi-Strauss), sua base foi retirada. No artigo, que marca novos rumos, ›La estructure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines‹ (in *L'escriture et la différence*, 1967), Derrida mostra como a premissa não-indagada de um centro firme de estruturas e sistemas de signo culturais leva a paradoxias indissolúveis e como a tentativa de uma fundação ontológica da atividade de signos idiomática por um ›significado transcendental‹, isto é, uma instância dadora de significados última,

sempre de novo é subvertida pelo processo, que nunca se para, dos significantes que se encontram em remoção, substituição e *disseminação* mútua contínua. O significante, como o portador de signos material, portanto, o aspecto medial-concreto dos processos de signo culturais, entra, com isso, no centro da atenção, enquanto, simultaneamente, o lado do significado e designado é, em medida extrema, problematizado. A procura por um significado transcendental continua a atuar somente ainda como um desejo nunca cumprível, que pela ›inquietude do idioma‹, o jogo, que ultrapassa todos os limites de texto e de significado fixadores, dos significantes, sempre de novo é suspenso e continuado. Não existe mais nenhum interior sem um exterior, nenhum imaterial sem manifestação material, nenhum significado do outro lado da forma de signos concreta. Esse exterior do signo, sua forma material-sensual, é concebido em analogia para com o ›corpo‹, que do seu domínio de coerção longo pelo ›espírito‹ tem de ser libertado. Para a crítica da literatura resulta disso que o texto tem de ser libertado das pretensões de significado logocêntricas, às quais ele é submetido pelo procedimento tradicional da interpretação. Trata-se de levar a sério o lado material do texto, sim, fazer ›não-legível‹ esse como estruturas de significado convencionais e mostrar em sua textualidade pura, que rompe cada atribuição de significado limitável. — Concepções-chave de Derrida são as de ›escrita‹ e de ›diferença‹, da *écriture* e da *différance/différence*. Essas são dirigidas contra, como Derrida vê, as ilusões logocêntricas apoiadoras do pensar ocidental, ou seja, contra a ilusão da ›presença‹ de uma realidade imediatamente dada e presentificada em idioma e contra a ilusão da ›identidade‹ do signo com seu significado, do sujeito consigo mesmo. Contra o ›fonocentrismo‹ do pensar ocidental e da prioridade do logos e do idioma falado, Derrida põe a prioridade da escrita. A escrita, nisso, não é entendida em um sentido empírico ou histórico, por exemplo, como nascimento histórico concreto de determinados sistemas de escrita, mas como ›escrita-original‹ que precede esses, como proposição da razão universal da cultura humana (*Grammatologie*, 1974). Com o axioma da não-enganabilidade da escrita está unido o segundo axioma do d., o da diferença: não existe nenhuma identidade, mas somente diferença, nenhum ponto nuclear do pensar, mas somente uma obra de malha de signos que estão relacionados mutuamente, uma cadeia infinita de significantes que continuam a remeter sempre. ›Significado‹ resulta somente dessa relação e diferença entre

os signos, ele, com isso, está, em princípio, disperso ao longo da cadeia de significantes total e nunca dado completamente em um signo. Às avessas, cada signo implica a repetição de seu uso antigo e, com isso, nunca está fixado originalmente. Simultaneamente, ele, por sua relação diferencial para com outros signos, da sua parte, em seu significado não é limitável inequivocamente ou ›identificável‹. Cada signo e cada texto ultrapassam os significados subjetivamente atribuídos a eles, uma vez que esses sempre já inconscientemente estão relacionados com outros, não-tencionados significados, que rompem a inequivocidade e concluidade intencionada de cada discurso. O modo de pensar, que transcorre por desvios peculiarmente, que inclui o não-dito e que evita determinações próprias, do d. fundamenta-se da paradoxalidade fundamental e fendimento precedente da escrita mesma, que em sua determinação como ›rastro original‹ de diferenças, simultaneamente, é marcada como origem e como posterior, como presença e, simultaneamente, como ausência, sem ser cada um de ambos somente. Essa posição intermediária de seu pensar, Derrida circunscreveu, entre outras coisas, com uma gramática do véu, da cortina e do hímen, que implica, do mesmo modo, presença como ausência, do mesmo modo, promessa como denegação de significado cumprido (*La dissémination*, 1972). — A dissolução de modelos de oposição binários tradicionais não resulta, portanto, em um procedimento de inversão simples, mas na tentativa de vencer o pensar em identidades e oposições de dentro. O d. é, em aspectos essenciais, um escrever novo das concepções e posições ocidentais centrais de suas margens, do ›suplemento‹, que oprime aquelas concepções em favor de sua inequivocidade pretendida, que, porém, atua para dentro delas como condição de sua possibilidade e socava elas, assim, a priori (a escrita como o suplemento oprimido do logos, a cultura como suplemento da natureza, e assim por diante). Em conceitos como o ›hímen‹ mostra-se, mais além, a conexão, implicitamente pensada junto, de processos de texto e de vida, que, por exemplo, também na designação, efetuada em seguimento a Platon, da escrita como ›Pharmakon‹, que é eficaz não só como remédio, mas também como antídoto e, assim, contém não só função conceptual, mas, por se assim dizer, biológico-cultural. — A história do pensar logocêntrico mostra-se, a partir daqui, como domesticação da abertura e ambiguidade abismal do idioma pelas estruturas de coerção de um pensar

sistêmico que apresenta união, que procurou estabilizar seu poder de definição sobre a realidade por oposições conceituais valorativo-hierárquicas como as entre sujeito e objeto, espírito e matéria, alma e corpo, natureza e cultura, verdadeiro e falso. No lugar de sistema, centro e estrutura põe-se no d. o conceito de ›jogo‹, que Derrida determina como ›ausência de um centro‹. Disso resulta uma ambivalência típica do d. entre desiludimento e retórica de partida vanguardista. Negação e afirmação particularmente engrenam, uma vez que a destruição das certezas fictícias até agora e construções de sentido harmonizadoras do pensar, simultaneamente, são concebidas como uma libertação, até agora não-existente, de energias de pensar e de vida não-vinculadas, que são mobilizáveis igualmente contra as coerções do sistema da ciência tradicional, as estruturas de poder da sociedade, o modelo de papéis dos sexos ou a interpretação de textos literários. — O d. repercute também sobre a perspectiva do sujeito humano, ao qual não mais cabe uma identidade uniforme, mas que já em S. Freud é um mixtum compositum [confusão] de forças de impulsão e autoimagens distintas, que, muitas vezes, estão em conflito uma com a outra. Nossa ›identidade‹ é, assim, uma identidade plural; ela não é uma estrutura centrada, mas um lugar do jogo de imagens distintas do eu sem fundamento firme e sem centro firme. Sim, ela não só é determinada pelo jogo de autoimagens distintas, mas até para dentro do seu mais íntimo pelo jogo de textos. Isso tem para comunicação como consequência que os sujeitos se são também reciprocamente opacos e entender converte-se em ficção, que cobre uma ruptura inabrogável entre os particulares. Nisso, situa-se uma antítese imediata para com a hermenêutica, que realmente tem o entender intersubjetivo, independente em qual limitabilidade, como categoria central de seu conceito de cultura e de literatura. Do ›poder da boa vontade‹, que H. -G. Gadamer vê como pressuposto indispensável de toda comunicação conveniente, portanto, também de todos os debates literários e teórico-culturais, torna-se em Derrida, em inversão caracteristicamente desconstrutiva, a ›boa vontade para o poder‹. A ideia de uma comunicação exitosa é uma forma tardia do idealismo humanista; para a relação dos sujeitos um para com o outro vale: a ruptura é a referência. — Para a crítica da literatura resultam, de tudo isso, consequências distintas: (a) o texto não forma mais nenhum todo em si fechado, integrado, mas é um lugar de influências intertextuais e interferências; (b) o texto, por isso, também não

forma nenhuma estrutura coerente, mas um campo de forças heterogêneo de tensões e contradições, que não se juntam a nenhuma unidade interior; (c) o texto ultrapassa, por um lado, sempre já os significados atribuídos a ele, por outro, situa-se em sua forma e retórica, simultaneamente, fundamentada a tendência de desconstruir, finalmente, outra vez, mesmo, a própria pretensão de significado; (d) a separação tradicional de autor, texto e leitor torna-se, com isso, igualmente insustentável, uma vez que nem autor nem leitor podem requerer o controle sobre o processo da atividade de signos que a escrita mesma apoia como produção constante de diferenças; (e) para os intérpretes não pode mais haver nenhum entender adequado de textos, uma vez que seu significado subtrai-se de cada determinação inequívoca e, além disso, também aqui o dito da ›ruptura como referência‹ vale. ›Cada leitura é uma leitura não-correta‹ diz J. Culler e, em vez da distinção de interpretações ›verdadeiras‹ e ›falsas‹, existe somente ainda a entre ›*leitura fraca*‹ e ›*leitura forte*‹ de textos; (f) a crítica da literatura não é mais um metaidioma, que é contraposto à literatura como idioma-objeto; ao contrário, o discurso crítico-literário tem de se tornar consciente de sua própria pertença a essa textualidade geral, isto é, de seu parentesco interior para com a ambiguidade e autorreferenciabilidade da literatura mesma. A crítica da literatura não se pode mais sobrepor ou sotopor hierarquicamente à literatura, mas tem de tornar-se semelhante a ela e, assim, reaver sua vitalidade que se perdeu por institucionalização e sobreformalização. Também aqui deve ser constatada a ambivalência mencionada do início, pois conforme preferência do crítico pode, nisso, ou ser acentuada a pluralização de significado em um texto, que afirma a perda do centro e resulta como possibilidade de jogo produtivo (comparar G. Hartman), ou o vazio de significado último, que necessariamente resulta no final pelo caráter autodesconstrutivo do texto (comparar de Man 1979). — O d., dentro da crítica da literatura anglo-americana, concentrou-se, inicialmente, principalmente no período do romantismo, no qual, não por último, tentativas de aproximar literatura e crítica uma da outra têm suas raízes. Ele foi, porém, entrementes, há muito aplicado a todas as épocas e textos possíveis da história da literatura, em que, depois de uma fase de produtividade intensiva, uma certa monotonia dos resultados foi inequívoca. Entrementes, o d., como início autônomo, antes se esgotou e progressivamente uniu-se com outros inícios, orientados mais quanto ao conteúdo, da teoria da literatura e da cultura

(ciência da literatura psicoanalítica, teorias da literatura feministas, teoria da literatura marxista, teoria e crítica da literatura pós-colonial, estudos culturais). Ele, nisso, politizou-se como princípio da abolição de hierarquias de pensar e de poder, por um lado, por outro, ele atua como corretivo teórico-cognitivo para pretensões de verdade firmes de saber cultural ao ele, também no âmbito de discursos contrários crítico-culturais, analisar todas as concepções essencialísticas (como as da marginalidade, identidade de sexos, verdade social ou nacionalidade cultural). — Os limites do d. situam-se não só em seus componentes pragmáticos defeituosos, à medida que ele sempre só parasitariamente pode dizer respeito a ›conteúdos‹ culturais; eles situam-se também nos próprios pressupostos epistemológicos e teórico-textuais. Assim, a tentativa de abolição de uma intelectividade centrada e hierarquizada leva a uma autocontradição, que não pode ser suavizada por nenhuma estratégia de evitação terminológica, por mais sofisticada que seja, ao contrário, em um metaplano, inevitavelmente produz novos centros e hierarquias de conceito (›escrita‹, ›diferença‹, e assim por diante). Também os textos do d. têm de, se eles, no fundo, querem colocar uma pretensão de conhecimento, abstrair e generalizar. E eles têm de, mais além, ser escritos de modo que eles, o que preponderantemente também é exato, possam ser ›entendidos‹ por seus leitores tencionados. Isso pressupõe que seus conceitos possuem um núcleo de sentido (independente de como determinados fazendo um desvio), com que, porém, o processo da *diferença* justamente é suspendido. Nisso, certifica-se o princípio hermenêutico, vigente também para o d., que os participantes ›somente sob o pressuposto de atribuições de significado intersubjetivamente idênticos, no fundo, comunicativamente podem atuar‹ (J. Habermas).

Fonte: Nünning, Ansgar (Hg.), Metzler Lexikon Literatur- und Kulturtheorie: Ansätze - Personen - Grundbegriffe. 3. Aufl., Stuttgart, Weimar: J. B. Metzler, 2004.

Obs.: o sublinhado é de L. A. H. Os colchetes não estão no original.

## MARCADORES

Verbetes |